



## **SENADO FEDERAL**

### **PARECERES**

### **Nºs 167 e 168, DE 2006**

*Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – em todas as etapas e modalidades da educação básica.*

#### **PARECER Nº 167, DE 2006 (Da Comissão de Assuntos Sociais)**

**RELATOR:** Senador CRISTOVAM BUARQUE

#### **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão o PLS nº 180, de 2004, de autoria da Senadora IDELI SALVATTI, que trata da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras), assegurando sua oferta em toda a educação básica, por meio de introdução de um artigo, de nº 26-B, no capítulo II do Título V da Lei nº 9.394, de 1996, (LDB), que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

Acompanha-o aprofundada justificção.

O projeto foi lido em 8 de junho e distribuído às Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, onde poderá receber emendas, perante a primeira Comissão, cabendo à última decisão terminativa.

O projeto não recebeu emendas.

## **II – ANÁLISE**

Como é exposto na extensa justificação, de inequívoco valor científico, a construção do conhecimento, da linguagem e dos outros componentes da personalidade e da cultura das pessoas surdas deu um salto de qualidade com a elaboração e divulgação da Língua Brasileira dos Sinais (Libras). O direito dos surdos de participarem ativamente da cidadania se efetiva com o reconhecimento do dever da sociedade em propiciar intérpretes em Libras nos eventos presenciais e nos meios de comunicação visual.

Entretanto, essa conquista tem que ser incorporada ao currículo escolar desde tenra idade, não somente para assegurar o progresso dos surdos na aquisição dos conhecimentos e habilidades como também para criar uma cultura de multilingüismo, que conduzirá à superação dos preconceitos e à garantia dos direitos dessa e de outras minorias.

Além de se enquadrar nos princípios constitucionais da educação, em especial nos que asseguram a igualdade de oportunidades e a liberdade de aprender, é de todo louvável o projeto de lei da Senadora IDELI SALVATTI. Como forma de operacionalizar e garantir a eficácia de sua iniciativa, que se coaduna perfeitamente com a Lei nº 10.436, de 2002, apontamos a necessidade de uma referência explícita à sua adoção e regulamentação por todos os sistemas de ensino.

## **III – VOTO**

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 180, de 2004, com a seguinte emenda:

### **EMENDA Nº 1 – CAS**

Dê-se ao PLS nº 180, de 2004, a seguinte redação:

**Art. 1º** .....

“**Art. 26-B.** Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de

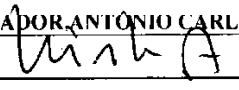
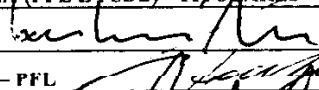
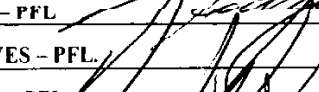
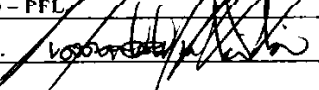
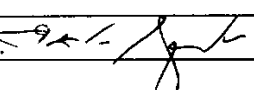
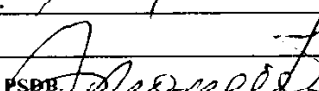
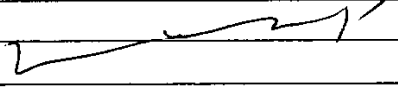
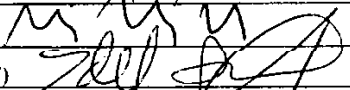
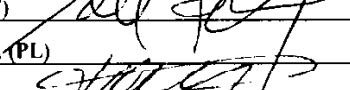
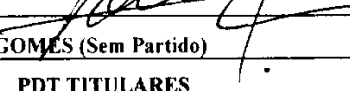
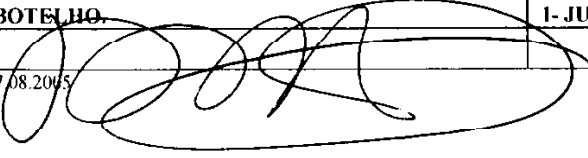
ensino, de acordo com normas dos respectivos sistemas, a oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, de 2004	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: 	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL 	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL 	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB. 	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB. 
TONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES (Sem Partido)
LUCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB. 	8- SÉRCIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
VAGO	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA 	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT) 	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
ROCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT) 	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO. 	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

Atualizado em 17.08.2005

**PARECER Nº 168, DE 2006**  
**(Da Comissão de Educação)**

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

## **I – RELATÓRIO**

Em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº180, de 2004, de iniciativa da Senadora IDELI SALVATTI, que intenta tornar obrigatória a oferta da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em toda a educação básica. Para tanto, o projeto acrescenta artigo específico (26-B) à chamada Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional – a Lei nº9.394, de 1996.

A autora embasa a proposição, essencialmente, em princípio da Declaração dos Direitos Humanos (UNESCO, 1954) segundo o qual “as crianças surdas têm direito de acesso ao conhecimento a partir de sua própria língua, ou seja, a língua de sinais”. Em adição, ela destaca que o conhecimento científico desenvolvido em torno da aquisição de linguagem própria como meio e fim indispensáveis à interação social, cultural, política e científica das pessoas surdas requer, para o sucesso do processo de escolarização desses educandos, currículo organizado numa perspectiva visual-espacial, como o permite a LIBRAS. Essa seria a forma de assegurar o acesso aos conteúdos.

Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e encaminhado a esta Comissão para decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

## **II – ANÁLISE**

O desenvolvimento, a divulgação e, sobretudo, o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais na Lei nº 10.436, de 2002, proporcionaram novo alento às perspectivas de inclusão social, cultural, política e científica das pessoas surdas do País.

No que tange especificamente à educação, a Lei nº 10.436, de 2002, atribuiu responsabilidades aos sistemas de ensino, em todas as esferas de governo, na formação de profissionais envolvidos com a educação de surdos, conforme art. 4º ora transcrito:

**Art. 4º** O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Assegurou-se, assim, a partir de 2002, a formação de profissionais do magistério capacitados para atuar como apoio aos educandos surdos.

Vê-se, pois, que a nova lei veio para reforçar disposições assecuratórias de direitos das pessoas surdas especialmente à educação contidas na Lei nº 7.853, de 1989, que dispõe, entre outras questões, sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, e na própria Lei nº 9.394, de 1996, que cuida das diretrizes e bases da educação nacional.

Mesmo antes da nova lei, a LDB de 1996 já indicava caminhos para a inclusão plena dos educandos com deficiência. As prescrições atinentes à oferta de **serviços de apoio especializado** (art. 58, § 1º) e à organização escolar em moldes que assegurassem currículos, métodos, técnicas e **recursos educativos** condizentes com as especificidades das pessoas com necessidades especiais, já forneciam, em relação aos surdos, os instrumentos para a exigência de profissionais capacitados em LIBRAS e, quando fosse o caso, da presença de intérpretes nas salas e cursos freqüentadas por representantes dessa população.

A incorporação da Língua Brasileira de Sinais ao currículo, já a partir dos primeiros anos da escolarização, na forma proposta pelo PLS nº180, de 2004, vem, assim, complementar a legislação vigente, na medida em que garante o direito ao aprendizado formal da língua de sinais, pré-requisito para o progresso dos alunos surdos na aquisição e construção de conhecimentos e habilidades.

Por tudo isso, o PLS 180/04 reveste-se de oportunidade e relevância social, reforçando, o direito das pessoas surdas ao exercício da cidadania em toda a sua plenitude. Ademais, encontra-se respaldado nos preceitos constitucionais e legais da igualdade de oportunidades e da liberdade de aprender, nada havendo a se lhe opor quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

Por último, considerando que a surdez é classificada por níveis de perda auditiva, parcial ou total, a LIBRAS não se constitui em “língua nativa” para todas as pessoas surdas e ainda, entendendo que a

operacionalização da medida demanda regulamentação prévia por parte dos sistemas educacionais de ensino e que as Unidades Escolares carecem de prazo razoável para se organizarem e implantá-la, parece-nos oportuna a adequação do projeto, mediante as pertinentes emendas de supressão da referência à LIBRAS como língua nativa das pessoas surdas e de alteração da cláusula de vigência.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do PLS nº 180, de 2004, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 180, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 1º .....

‘Art. 26-B. Será garantida às pessoas surdas, em todos os níveis e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, de acordo com normas dos respectivos sistemas, a oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como:

I – conteúdo curricular;

II – recurso para o acesso aos conteúdos curriculares

#### EMENDA Nº 3 - CE

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 180, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.”

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2005.

, Presidente

, Relator

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 180/04 NA REUNIÃO DE 13/12/05  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*(Senador Gerson Camata)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN <i>J. Bornhausen</i>	2- (VAGO)
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES <i>M. do Carmo Alves</i>	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
GERALDO MESQUITA <i>G. Mesquita</i>	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE <i>R. Duarte</i>	10- JUVÊNCIO DA FONSECA <i>J. da Fonseca</i>

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO <i>I. de Araújo</i>	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO <i>J. Maranhão</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS <i>A. Freitas</i>	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>F. Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>F. Arns</i>	4- DELCÍDIO AMARAL
RELATOR:	
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>R. Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>M. Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>S. Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS

/ 80 / 04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNEHAUSEN		X				VAGO				
JOSÉ JORGE						CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES		X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO						MARCO MACIUL	X			
MARCELO CRIVELLA						ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO						EDUARDO AZEVEDO	X			
GERALDO MISQUITA		X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN						LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE		X				JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X				AMIR LANDO				
IRIS DE ARAÚJO		X				GABRIEL DI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP						VAGO				
GERSON CAMATA						VAGO				
SÉRGIO CABRAL						MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO		X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA						ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO						VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS		X				VAGO				
PAULO PAIM						ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE		X				FERNANDO BIZERRA				
FLÁVIO ARNS		X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVAITI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO		X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO ZAVALCANITI						PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI		X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO						VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: — ABS: — AUTOR — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 13 / 12 / 2005

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 180104 EMENDAS EM BLOCO

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNIAUSEN	X				VAGO				
JOSÉ TORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VIEIRA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN					LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO FUARTE	X				JUVENIO DA FONSECA	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTONSALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
IRIS DE ARAÚJO	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					VAGO				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO	X				LUIZ CLAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍCIO AM/RAI				
IDELISALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMEIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 13/12/2005

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

## TEXTO FINAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2004

*Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

“**Art. 26-B.** Será garantida às pessoas surdas, em todos os níveis e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, de acordo com normas dos respectivos sistemas, a oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como:

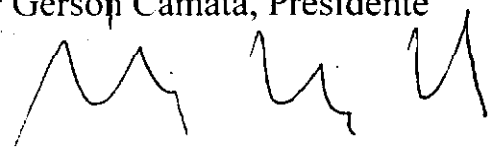
I – conteúdo curricular;

II – recurso para o acesso aos conteúdos curriculares.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 2005.

  
Senador Gerson Camata, Presidente

  
Senador Flávio Arns, Relator

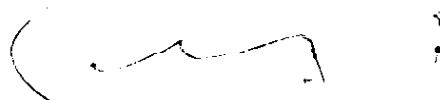
Of. nº. CE/179/2005.

Brasília, 13 de dezembro de 2005.

**Senhor Presidente,**

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, de autoria de Sua Excelência a Senhora Senadora Ideli Salvatti que, “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - em todas as etapas e modalidades da educação básica”, com as emendas oferecidas.

Atenciosamente,



**Senador GERSON CAMATA**

**Presidente da Comissão de Educação**

# **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

## **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.**

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

.....

## **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

.....

## **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.**

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

.....

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 17/02/2006